**FACULDADE NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ -
INESUL/FANEESP**

EDELVINO VALENTIN TURATTO

**REMIÇÃO DE PENA PELO TRABALHO OU ESTUDO COM CARÁTER DE
RESSOCIALIZAÇÃO**

**Araucária
2012**

EDELVINO VALENTIN TURATTO

**REMIÇÃO DE PENA PELO TRABALHO OU ESTUDO COM CARÁTER DE
RESSOCIALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Direito,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Direito.
Professora Orientadora: MSc
Melissa Gonçalves dos Santos.

Araucária
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: MSc. Melissa
Gonçales dos Santos.

Professor (a):

Professor (a):

Professor (a):

Araucária, ____ de _____ 2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que ainda acreditam na justiça dos homens.

AGRADECIMENTO

Primeiramente ao mestre e criador de todas as coisas que me concedeu sabedoria, saúde, disposição, força de vontade de realizar este sonho.

A minha família que esteve sempre ao meu lado, me incentivando em todos os momentos da vida, especialmente a minha esposa e filhos. Aos professores que sempre demonstraram de forma didática e profissional, muita capacidade de conhecimento na difícil missão de ensinar.

De uma forma geral a todos os colegas de escola que fizeram parte desta caminhada de conhecimentos no mundo do direito e da justiça.

EPIGRAFE

O instituto da remição de parte da pena pelo trabalho ou através do estudo é uma alternativa válida que acende uma luz no fim do túnel a estes indivíduos que estão à margem da sociedade, podendo ser reeducados e ressocializados com dignidade através dos mecanismos mencionados acima.

Deveras a educação e o trabalho são direitos garantidos pela Constituição Federal, enobrecendo as pessoas que trilham o caminho do conhecimento e da liberdade. Certamente que através destes dois pilares abalizadores que dignificam o ser humano vem corroborar de forma significativa mantendo mais equânime e organizada uma sociedade dentro do Estado democrático de direito.

RESUMO

Este trabalho vislumbra a possibilidade de forma clara e objetiva demonstrar os benefícios do instituto da remição de parte da pena pelo trabalho ou pelo estudo do condenado com o propósito de ressocialização. Por meio do desempenho das atividades laborativas ou através do estudo, o condenado resgata parte da reprimenda que lhe foi imposta, abreviando o tempo de duração.

Este direito está amparado na Lei de Execução Penal, beneficiando o condenado que cumpre pena no regime fechado ou semiaberto que estude ou trabalhe, e para os condenados que estão no regime aberto ou de liberdade condicional, é permitido remir parte da pena pelo estudo, desde que esteja frequentando curso de ensino regular ou de educação profissional. Portanto, o tempo remido pelo trabalho ou pelo estudo é computado como pena efetiva, ou seja, pena cumprida.

A metodologia empregada nesta obra refere-se às pesquisas bibliográficas com base na lógica indutiva, especialmente na fase de investigação. Delineando na sua composição o método cartesiano, para melhor explicar as ideias sobre o instituto da remição de pena sem, porém, olvidar as premissas da ressocialização do condenado.

PALAVRA-CHAVE: Remição; Execução Penal; Trabalho; Estudo; Ressocialização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1	11
A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA: OS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS	11
1.1 A Pena Privativa de Liberdade e a Evolução Histórica	11
1.1.1 A Pena Privativa de Liberdade na Antiguidade	11
1.1.2 A Pena Privativa de Liberdade na Idade Média	12
1.1.3 A Pena Privativa De Liberdade Na Idade Moderna	13
1.1.4 Reformadores: Cesare Beccaria, John Howard e Jeremy Bentham.....	13
1.2 Sistemas Penitenciários Pensilvânico ou Celular	15
1.2.1 Sistema Auburniano	17
1.2.2 Sistema Prisional Progressivo.....	18
CAPÍTULO 2	20
SURGIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	20
2.1 Períodos Colonial	20
2.1.1 Período Imperial	20
2.1.2 Período Republicano.....	22
2.2 As teorias penais no direito brasileiro	23
2.2.1 As penas privativas de liberdade adotadas pelo direito brasileiro	24
2.2.2 Prisão Simples	25
2.3 Regimes Prisionais	26
2.3.1 Regime Fechado	26
2.3.2 Regime Semiaberto.....	29

2.3.3 Regime Aberto	30
2.3.4 Regime Especial	32
2.3.5 Individualização da pena	32
2.3.6 Benefícios na execução penal	35
2.3.7 Progressão de regime carcerário	35
2.3.8 A progressão de regime prisional nos crimes hediondos.....	36
CAPÍTULO 3	38
A REMIÇÃO DE PARTE DA PENA PELO TRABALHO OU ESTUDO COM CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO	38
3.1 Fundamentos do instituto da remição	38
3.1.1 O trabalho do encarcerado.....	38
3.1.2 Aspectos trabalhistas do encarcerado	40
3.1.3 Trabalho interno	41
3.1.4 Trabalho externo	42
3.1.5 Dos Direitos do Preso	43
3.2 A Remição de Pena pelo Trabalho ou pelo Estudo	44
3.2.1 A Ressocialização do Apenado.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objeto analisar os paradigmas da remição de parte da pena pelo trabalho ou pelo estudo dos condenados que estão cumprindo pena nos regimes fechado ou semiaberto. Beneficiando ainda os condenados que demonstrarem interesse em remir parte da pena através do estudo e que estão cumprindo pena nos regimes aberto ou de livramento condicional, com previsão legal na Lei de Execução Penal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, conjugado com o Código Penal e a Lei nº 7.210/84, denominada de Lei de Execução Penal, existe mecanismos que norteiam o direito da remição de parte da pena, seja ela pelo trabalho ou pelo estudo a este condenado que busca acertar as contas com a Justiça através deste instituto remicional.

No capítulo I, a abordagem do tema é explanada sobre a pena privativa de liberdade na antiguidade, passando pela idade média e por último na idade contemporânea, mostrando os sistemas penitenciários, destacando as teorias da pena.

No capítulo 2, serão abordadas as questões pertinentes a pena privativa de liberdade com as respectivas modalidades de pena previstas no Código Penal Brasileiro. Partindo da pena de reclusão, a pena de detenção e por último a pena de prisão simples. Apontamentos atinentes ao regime penitenciário fechado, semiaberto e o especial, culminando com a individualização da pena.

No capítulo 3, abordar-se-á o direito a remição de parte da pena pelo trabalho ou pelo estudo com base no argumento da ressocialização ao condenado pela Justiça, analisando especialmente a Lei nº 12.433/11 que trouxe expressivas inovações nesta área da remição de pena e incorporada na Lei de Execução Penal.

CAPÍTULO I

A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA: OS REFORMADORES E OS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

1.1 A Pena Privativa de Liberdade e a Evolução Histórica.

A origem da pena privativa de liberdade confunde-se com o surgimento do próprio homem. Na sociedade primitiva, as penas eram isentas de castigos cruéis, como forma de punição e vingança pessoal, tendo em vista que não existia nenhum código de regulamento social. Mas com o passar do tempo, a sociedade começou a se organizar e ditar algumas regras de convivência humana. Apesar de não existir um local específico de isolamento para os acusados que cometessem algum tipo de transgressão das normas, estes seres eram confinados em calabouços, aposentos em ruínas, torres, conventos abandonados ou locais que propiciassem a condição de cativo até o seu julgamento ou mesmo a execução.

No entendimento de Mirabete o réu era sancionado da seguinte forma:

[...] nas antigas civilizações, dada à ideia de castigo que então predominava a sanção mais frequentemente aplicada era a morte, e a repressão alcançava não só o patrimônio, como também os descendentes do infrator. Mesmo na época da Grécia antiga e do império romano, predominavam a pena capital e as terríveis sanções do desterro, açoites, castigos corporais, mutilações e outros suplícios. (MIRABETE, 2000, p. 243).

A preocupação era manter isolado da sociedade este indivíduo e posteriormente aplicar a pena como forma de castigo com a finalidade de retribuição pela prática do delito cometido. As penas aplicadas eram severas e desumanas, mas nem sempre proporcionais aos delitos cometidos.

1.1.1 A Pena Privativa de Liberdade na Antiguidade

Durante este período, a violação das normas de convivência das civilizações, era tratada de forma bastante rigorosas. Foi na sociedade cristã que a prisão tomou forma de sanção, conforme aponta Funes afirmando no seguinte sentido:

[...] a Igreja instaura, com a prisão canônica, o sistema da solidão e do silêncio. A sua reforma tem profundas raízes espirituais. A prisão

eclesiástica é para os clérigos e se inspira nos princípios da moral católica: o resgate do pecado pela dor, o remorso pela má ação, o arrependimento da alma manchada pela culpa. Todos os fins de reintegração moral alcançaram-se com a solidão, a meditação e a prece. (FUNES, 1953, p. 153).

A Igreja Católica teve grande influência na vida das pessoas deste período, com regras claras estabelecidas no Código Canônico. Tinha a preocupação de penalizar severamente não só os clérigos, mas também pessoas da sociedade que cometessem algum tipo de delito. O isolamento destes indivíduos era uma regra e tinha como objetivo fazer uma reflexão dos erros cometidos e de se arrepender das atitudes desonrosas praticadas perante a sociedade.

1.1.2 A Pena Privativa de Liberdade na Idade Média

Nesta época a prática de tortura predominava como forma de punição do delincente. Dentro dos rituais de castigo, incluía-se a mutilação como forma de espetáculo para as multidões e a punição visava sempre atingir o corpo do condenado, com tratamento cruel e desumano, causando-lhe dor, sofrimento e humilhação.

Segundo o entendimento católico, a pena devia ser um ato de penitência aos monges rebeldes e infratores como forma de castigo e de reconhecimento dos próprios pecados. A pena era voltada a estimular o arrependimento dos erros praticados, onde eram isolados e a pagar as penitências. A igreja não admitia a pena de morte entre as suas sanções, mas com a criação do Tribunal de Inquisição, os culpados eram castigados com o desterro e a prisão.

A função principal desse tribunal era investigar e punir as doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja. Nesta época as sanções aplicadas aos infratores, levava-se em consideração o status de cada indivíduo, ficando a cargo e arbítrio de cada governante para aplicar as medidas necessárias.

1.1.3 A Pena Privativa De Liberdade Na Idade Moderna

Mudanças significativas começaram a aparecer na sociedade onde o sistema de feudos entrou em crise, fazendo surgir uma nova classe econômica a chamada burguesia. A falta de propósitos claros do capitalismo, aliada as migrações de camponeses da zona rural para a zona urbana em busca de melhores trabalhos, foi perceptível o aumento da miséria e conseqüentemente dos criminosos e da mendicância, aliada as reformas protestantes trazendo reflexos ao sistema carcerário.

As penas privativas de liberdade ganham importância na Idade Moderna com a construção de prisões modelos destinadas a correção dos condenados.

A primeira instituição surgiu na Inglaterra, onde era chamada de Houses Of Correction (casa de correção). Mais tarde levaram o nome de Workhouses (casas de trabalho) onde os infratores eram submetidos ao trabalho e a disciplina rígida, gerando lucro pela mão de obra barata disponível. Não havia interesse na reabilitação, regeneração ou correção do preso, mas o interesse maior estava voltado ao sistema vigente que tinha como prioridade o trabalho manufatureiro.

A base do sistema capitalista ganhou notoriedade com as Houses Of Correction e as Workhouses, levando em conta a grande quantidade da mão de obra do encarcerado, conforme assinala Guimarães nestes termos:

[...] posto que tais instituições, além de “estimularem” o novo proletariado em aceitar as injustas regras nas relações trabalhistas, ainda garantiam que o trabalho fosse mal remunerado, pois quem trabalhasse livre e mal remunerado, trabalharia preso e sem remuneração alguma ou, então, por muito pouco. (GUIMARÃES, 2007, p. 129).

A exploração da mão-de-obra carcerária fez aumentar ainda mais a miséria e a pobreza destes indivíduos segregados da sociedade que não eram remunerados ou quando remunerados com valores insignificantes e submetidos a trabalhos exaustivos e desumanos sem visar a sua própria recuperação.

1.1.4 Reformadores: Cesare Beccaria, John Howard e Jeremy Bentham.

Neste período surgem os mentores reformistas que manifestaram

preocupação com as leis penais e a aplicação das penas privativas de liberdade e que estavam fundamentadas no iluminismo.

O reformador Cesare Beccaria nasceu em Milão no ano de 1738, com formação nas áreas de economia e direito, ele se preocupou com a aplicação das penas aos criminosos. A sua obra “Dos Delitos e das Penas”, publicado em 1764, aborda de forma detalhada as condições de aplicação e cumprimento das penas aos condenados na Europa do século XVIII, vindo a contribuir expressivamente na mudança das leis do direito penal. Cesare Becaria buscou apoio nas ideias dos iluministas, especialmente em Voltaire, Diderot, Kelsen, Kant, Servan e Marant que influenciaram na elaboração das respectivas normas penais.

Destacava em suas apreciações idealistas a isonomia perante a lei no tratamento dos criminosos que cometem o mesmo crime. Em sua obra “dos delitos e das penas”, Beccaria assevera:

[...] ou o crime é certo, ou é incerto. Se é certo, apenas deve ser punido com a pena que a lei fixa, e a tortura é inútil, porque não se tem mais necessidade da confissões do acusado. Se o crime é incerto, não é hediondo atormentar um inocente? Efetivamente, perante as leis é inocente aquele cujo delito não está provado. (BECCARIA, 2009, p. 37)

A medida eficaz de justiça demonstrada para o tratamento do criminoso vinculava as praticas delituosas com a aplicação da lei, conforme a sua veracidade ou não do ato praticado, com a devida penalização do infrator e nunca o inocente.

Neste período surge o reformador John Howard que demonstrou preocupação em melhorar as condições de saúde e higiene dos encarcerados nas prisões, escrevendo a obra *The State of Prison in England and Walles* (Estado das Prisões na Inglaterra e País de Gales) em 1777, onde defendeu a prisão individual, com um tratamento mais humano com a devida assistência religiosa, trabalho, separação individual diurna e noturna e a alimentação mais sadia.

Conforme apontamento de Dotti, o reformista Howard teve ideias humanitárias sobre as condições de vida nas prisões dos encarcerados:

- a) Condições humanas de higiene e alimentação deveriam ser proporcionadas aos reclusos.
- b) A disciplina deveria ser diferenciada para os presos provisórios e os condenados.

- c) Implantação da educação moral e religiosa nos estabelecimentos penitenciários.
- d) Implantação do trabalho para os reclusos
- e) Sistema celular mais humanizado. (DOTTI, 2003, p. 145)

Ao fomentar mudanças neste modelo de sistema prisional, trazendo a perspectiva de alterações que pudessem acontecer com a sua implantação nas unidades prisionais, melhorando significativamente as condições dos encarcerados, foram feitas com grande dificuldade na execução deste plano, de forma lenta e demorada em função da resistência de outras correntes opostas a este projeto.

Outro nome de grande expressão no campo das reformas é Jeremy Bentham, que demonstrou interesse nas áreas de projetos sociais e econômicos, vindo a idealizar um modelo de prisão chamado de “Panóptico” (sistema de vigilância).

A eficácia do chamado “Panóptico” fora bastante discutida em termos de recuperação do apenado. Esta estrutura foi idealizada para exercer um papel de controle social sobre os indivíduos. Trata-se de um edifício com várias celas, construído em formato circular, com um pátio ao meio e uma torre ao centro. As celas podiam ser vista por inteiro facilitando o controle e vigilância dos encarcerados.

1.2 Sistema Penitenciário Pensilvânico ou Celular

Os sistemas penitenciários tiveram seu início nos Estados Unidos, influenciados pelos ideais religiosos no século XVIII da Europa. As diretrizes do sistema americano foram se aperfeiçoando ao sistema atual de acordo com o Direito Anglo-Saxônico.

A colônia da Pensilvânia ganhou destaque na chamada confederação das treze colônias inglesas que posteriormente foi denominada Estados Unidos da América que tinham como propósito diminuir o rigor das prisões inglesas, idealizada pelo fundador Guilherme Penn. A pretensão era amainar o tratamento penal dado aos condenados pelo sistema britânico, sendo que uma das medidas adotadas era limitar o uso da pena de morte nos delitos de homicídio e as penas de lesões corporais foram alternadas pela pena privativa de liberdade e de trabalhos forçados.

O idealizador Guilherme Penn buscou soluções viáveis de modelos prisionais adequados e inovadores que fossem diferentes ao sistema carcerário inglês, viciado

de corrupção e desmandos. Buscou o modelo holandês o qual serviria como referência para implantação e aperfeiçoamento do sistema carcerário americano.

Mas o objetivo não foi concretizado em função da sua morte prematura e o projeto foi esquecido, permanecendo o sistema inglês inadequado e ultrapassado que acabou prevalecendo.

Em 1776 foi construída a primeira prisão norte-americana apostando em um novo modelo de tratamento penal, mas em 1790 o sistema prisional americano foi sendo remodelado com o chamado isolamento celular. Tinha como proposta incentivar o condenado a buscar a reflexão, a oração e a abstinência às bebidas alcoólicas visando alcançar sua ampla recuperação e voltar a viver em sociedade.

Nesta mesma época foi edificado um prédio para confinamento solitário dos presos, porém o sistema celular não foi utilizado na sua forma completa. A ideia era isolar os presos mais perigosos e os demais eram alojados em celas comuns.

O trabalho era permitido a estes presos sob silêncio total, ou seja, sem nenhuma comunicação com os demais. O sistema pensilvânico apresentava uma mistura de experiências inglesas e holandesas, influenciadas pelas ideias de Beccaria, Howard e Bentham que fora ganhando preponderância dos princípios do Direito Canônico.

As características evidentes deste sistema era o isolamento celular, o silêncio absoluto, a meditação e a oração. Os presos submetidos ao isolamento celular ficavam impedidos de trabalhar e de receber visitas. Sendo totalmente restrito o convívio com demais presos; e a bíblia era permitida em cada uma das celas para leitura e a meditação para buscar uma aproximação com Deus.

O sistema pensilvânico não prosperou em função do rápido crescimento da população carcerária. Foram criadas duas novas prisões para equacionar o problema sendo criada a prisão ocidental em 1818 e em 1929 foi criada a prisão oriental.

Na prisão ocidental era aplicada uma disciplina rígida com total isolamento dos presos. Porém na prática não estava surtindo os efeitos esperados e passou-se a abrir concessões no regime disciplinar da unidade, permitindo o trabalho nas celas.

A avaliação do comportamento carcerário de cada preso era feita de forma bastante subjetiva, sem nenhum critério técnico, onde prevalecia o senso comum dos responsáveis pelas análises. Este modelo de avaliação tinha parecer favorável

entre os criminalistas, vindo a servir de base para todos os demais sistemas que surgiram posteriormente, com aperfeiçoamento de novos métodos e técnicas através da equipe multidisciplinar das unidades prisionais.

Porém, não havia um consenso entre os críticos deste modelo de isolamento que acabava ferindo a dignidade da pessoa humana que acabava incentivando a tortura psíquica e outras mazelas, conforme aponta Neumam neste sentido:

[...] algumas correntes ainda defendem o isolamento absoluto, nas hipóteses de pena privativa de liberdade de curta duração, separando o recluso de menor gravidade dos delinquentes comuns ou habituais, capazes de corrompê-los. (NEUMAM, 1965, p. 125).

Esta medida pode não ter sido a ideal para o cumprimento da pena, considerada estratégica e preventiva para a disciplina do encarcerado, mas buscou-se uma alternativa viável para a situação carcerária daquele momento.

1.2.1 Sistema Auburniano

Este sistema penitenciário foi criado e adotado em Auburne, no Estado de Nova York em 1816. Tinha como característica o isolamento celular noturno e o aprisionamento coletivo durante o dia. Os prisioneiros eram separados em categorias conforme o potencial de recuperação de cada indivíduo. Os menos perigosos eram isolados somente no período noturno, sendo-lhes permitido o trabalho durante o dia em silêncio absoluto para garantir a ordem e a disciplina.

O isolamento absoluto adotado na prisão de Auburn, que tinha como objetivo o estrito confinamento solitário resultou em um grande fracasso. Dos oitenta prisioneiros em isolamento total e contínuo, teve como resultado da experiência várias mortes, outros enlouqueceram ou conseguiram alcançar o perdão.

Este modelo surgiu em função de uma proposta de superar as limitações e os defeitos existentes no regime pensilvânico. Neste sistema a ideia era implantar o trabalho coletivo e explorar a mão de obra dos encarcerados, semelhante aquele adotado nas fábricas nos moldes das economias capitalistas. Foram introduzidas máquinas e equipamentos que pudessem auxiliar o trabalho nas linhas de produção. A mão de obra era abundante e o custo da produção se tornaria atraente com valor muito baixo. Portanto, esta filosofia de trabalho preconizava à reabilitação do preso e

a ocupação do seu tempo ocioso de forma mais racional, disciplinando o indivíduo para uma rotina industrial e por consequência preparava para o mercado de trabalho e posteriormente a reinserção na sociedade.

De acordo com Foucault o silêncio adotado neste sistema revelaram mudanças profundas na comunicação e comportamento dos encarcerados:

[...] o enquadramento hierárquico estrito não permite a relação lateral; a comunicação só pode ocorrer em sentido vertical. A regra do silêncio habitua o detento a considerar a lei um preceito sagrado, cuja violação significa a imposição de um dano justo e legítimo. (FOUCAULT, 2008, p. 200).

O silêncio absoluto adotado neste sistema de forma rígida não surtia os efeitos esperados, pois os presos se comunicavam com as mãos com muita facilidade, formando um tipo de alfabeto e burlando assim a referida restrição.

No sistema Auburniano era cobrada uma disciplina rígida semelhante às praticadas nos quartéis militares, assinala Bitencourt nestes termos:

[...] os reclusos não podiam caminhar, a não ser em ordem unida ou fila indiana, olhando sempre as costas de quem ia à frente, com a cabeça ligeiramente inclinada para a direita e com os pés acorrentados, movimentando-se de forma uníssona. (BITENCOURT, 2001, p. 77).

O modelo Auburniano serviu de referencia ao sistema progressivo, aplicado posteriormente em diversos países. O regime disciplinar de rigor exacerbado, com castigos e punições disciplinares exageradas, fez com que este sistema enfrentasse grandes obstáculos e não atingisse os resultados esperados.

1.2.2 Sistema Prisional Progressivo

O sistema progressivo inglês idealizado pelo capitão Alexandre Maconochie, inicia-se na Ilha de Norfolk, na Austrália em 1840. A ideia era medir a duração da pena através de uma soma de trabalho e da boa conduta carcerária do condenado. Estes requisitos deveriam satisfazer certo número de marcas, chamadas de (Mark system), de tal forma que a quantidade de marcas que o condenado necessitava para obter antes de sua libertação, deveria ser proporcional à gravidade do delito por

ele praticado. A duração da pena estava ligada diretamente entre a gravidade do delito, com o aproveitamento do trabalho e o seu comportamento prisional.

Este sistema permitia estimular a ressocialização, possibilitando de forma gradativa a reinserção do condenado ao convívio social. Tinha um caráter reeducativo de forma que o encarcerado tivesse o benefício da progressão de regime. Para percorrer as etapas estabelecidas antes de voltar ao convívio social, o preso era avaliado de acordo com a sua conduta. No entendimento de Bitencourt começa assim a se consolidar a real possibilidade da progressão de regime:

[...] a essência deste regime consiste em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um os privilégios que o recluso pode desfrutar de acordo com sua boa conduta e o aproveitamento demonstrado do tratamento reformador. (BITENCOURT, 2008, p. 130).

O sistema progressivo inglês teve grande repercussão em toda a Europa, mas aos poucos foi sendo substituído pelo sistema irlandês, que mantinha os mesmos princípios ideológicos. Os condenados deveria cumprir uma fase a mais entre o período de trabalho e o de liberdade condicional. O trabalho passou a ser realizado também ao ar livre e em prisões especiais, preferencialmente em setores agrícolas. Não havia necessidade de usar uniformes e a comunicação era permitida com as pessoas da sociedade e o trabalho passou a ser remunerado em parte.

Nesta mesma época um coronel espanhol teve a ideia de criar outro modelo de progressão de regime, chamado sistema de Montesinos. Este não se diferenciava muito do irlandês, mas apostava no poder disciplinar em uma prisão que deveria ser regida pelo princípio da legalidade. As medidas de tratamento aplicadas deveriam conceder mais respeito ao condenado, diminuindo a opressão e restabelecendo a este indivíduo a dignidade humana.

CAPÍTULO 2

SURGIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E AS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

2.1 Período Colonial

No livro V das Ordenações Filipinas do Reino, tratava expressamente sobre o sistema prisional brasileiro. O Código de leis portuguesas referenciava sobre a Colônia, afirmando que fosse um local para depósito de pessoas banidas da sociedade, estabelecendo a aplicação da pena nos seguintes casos:

[...] a pena era aplicada aos alcoviteiros, culpados de ferimentos por arma de fogo, duelo, entrada violenta ou tentativa de entrada em casa alheia, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos, contrabando de pedras e metais preciosos. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, 1870, p. 91).

A Colônia passou abrigar pessoas que cometiam delitos e que estavam obrigados a viver longe da sua terra natal. Estes infratores preferiam serem enviadas para o Novo Mundo ao invés de cumprir pena no seu local de origem.

2.1.1 Período Imperial

No início do período imperial, a prisão era vista como sendo um local punitivo criado pelo Estado com poder de castigo contra os escravos. Tinha a incumbência de recolher nestes abrigos menores e crianças abandonadas nas ruas e por último encarcerando adversários políticos.

A característica peculiar mais evidente das prisões neste período era as construções com muros altos para dificultar a fuga, ou podiam ser levados estes prisioneiros para o isolamento em ilhas ou lugares afastados da civilização.

Em 1822 o Príncipe D. Pedro torna-se Imperador do Brasil, conseguindo a emancipação política e administrativa da Unidade Federativa Brasileira. Uma das medidas do Imperador foi abolir a tortura e algumas penas consideradas desumanas aos encarcerados, proibindo a transmissão da pena aos sucessores do condenado.

A Constituição Federal de 1824 recomendava que fosse elaborado um código criminal com fundamento nas sólidas bases de justiça e igualdade, sendo promulgada em dezembro de 1830. Esta constituição previa ainda que as cadeias tivessem os réus separados por tipo de crime e penas, permitindo o trabalho dentro das unidades prisionais, recomendando que as prisões funcionassem nos moldes apontados pela Constituição do Império:

Art. 179 [...]

XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes. (CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824, Título VIII).

Esta norma foi colocada em prática no início do século XIX, porém não foi assim que aconteceram com os abrigos onde eram recolhidos os presos, sendo considerados deprimentes, onde não havia as mínimas condições de higiene para o cumprimento da pena. Uma das referências deste sistema era a Prisão Eclesiástica do Aljube, localizada na cidade do Rio de Janeiro, tendo como idealizador deste projeto o Bispo Dom Antônio de Guadalupe em 1735.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, a área onde ficava a reclusão foi transformada em prisão comum. E em 1823 este local passou-se a chamar de Cadeia da Relação, abrigando a Câmara dos Deputados. Somente em 1856 a Cadeia da Relação foi desativada e transformada em casa residencial. A superlotação carcerária e as precárias condições de higiene dos encarcerados na Prisão do Aljube ou da Relação eram preocupantes, onde as autoridades nada fizeram para sanar os diversos problemas apresentados.

No entender de Rothamn as mudanças deveriam acontecer neste sentido:

[...] modificar a índole dos detidos através da recuperação dos prisioneiros; reduzir o crime, a pobreza e a insanidade social; dirigir suas finalidades para a cura e prevenção do crime; reforçar a segurança e a glória do Estado. (ROTHMAN, 1991, p. 30).

O descaso das autoridades em resolver os problemas da superlotação carcerária não obteve êxito em função do total desinteresse da proposta de ressocialização do condenado, não havendo nenhuma prioridade de melhoria e de inovação para o sistema carcerário.

2.1.2 Período Republicano

Com a proclamação da República Brasileira ocorrida em 15 de Novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, começa a edição de novas leis para o novo regime de governo e em 1890 foi elaborado um novo Código Penal, conforme observa Fragoso apud Prado:

[...] foi elaborado de forma apressada e antes da Constituição Federal de 1891, sem considerar os notáveis avanços doutrinários que então se faziam sentir, em consequência do movimento positivista, motivo pelo qual apresentava graves defeitos de técnica, aparecendo atrasado em relação à ciência de seu tempo. (PRADO, 2001, p. 67).

O Código Penal Republicano tratava sobre a prisão celular, a prisão com trabalho obrigatório, à prisão disciplinar, a interdição, a suspensão, a perda de emprego público, multa e banimento, sendo que esta última foi abolida pela Carta Magna de 1891.

Em 1940 surgiu o novo Código Penal Brasileiro, através do Decreto-lei nº 2.848, de sete de dezembro do mesmo ano. O novo Código só entrou em vigor a partir do dia 1º de Janeiro de 1942, no governo do então Presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, tendo como Ministro da Justiça Francisco Campos. Este código substituiu o Código Penal de 1890, o qual, por sua vez, substituiu o Código Criminal de 1830.

Dentre as prioridades do novo Código Penal destaca-se a privação da liberdade com penas de reclusão e detenção. Ficou estabelecido neste Código que o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior àquele limite imposto pelo artigo 75, caput, do Código Penal, sendo de 30 (trinta) anos de tempo máximo de reclusão nos crimes de contravenções penais.

A medida de segurança abordada neste Código é aplicada àquele indivíduo que pratica crime em função de ser portador de distúrbio psíquico, comprovado através de perícia médica. Portanto, estes infratores não são considerados responsáveis pelos seus atos, devendo ser tratados e não punidos, conforme aponta Nucci:

[...] uma forma de sanção penal, com caráter preventivo e curativo, visando a evitar que o autor de um fato havido como infração penal, inimputável ou

semi-imputável, mostrando periculosidade, torne a cometer outro injusto e receba tratamento adequado. (NUCCI, 2007, p. 479).

A medida de segurança pugna pelo tratamento do indivíduo em hospital de custódia, podendo ficar internado de um a três anos conforme determinação judicial.

Em 1969 foi promulgada por decreto a elaboração de um novo Código Penal, para entrar em vigor em 10 de janeiro de 1970, porém, este Código não chegou a vigorar e foi revogado em 1978.

Em 1984 iniciou-se a reforma penal com propósitos de ressocialização do preso. Foram adotadas novas e modernas medidas para o cumprimento de pena, possibilitando a progressão ou regressão de regime do condenado. As penas alternativas foram implantadas diante de uma nova realidade social, destacando-se as chamadas prestações de serviços à comunidade e a de restrição de direitos.

2.2 As teorias penais no direito brasileiro

As diferentes espécies de pena privativa de liberdade e os respectivos regimes penais serão estudados de forma analítica. A pena privativa de liberdade aplicada ao autor de uma infração penal consiste na perda de sua liberdade física de se locomover, mediante internamento em estabelecimento penal.

As penas adotadas no Brasil são de reclusão, detenção e de prisão simples, conforme aponta Delmanto sobre a pena privativa de liberdade:

[...] é que restringe com maior ou menor intensidade, a liberdade do condenado, consistente em permanecer em algum estabelecimento prisional, por um determinado tempo, tudo na conformidade do regime imposto. (DELMANTO, 2002, p. 234).

O cumprimento da pena inicia-se pelo regime mais severo passando pelo mais ameno corroborando com a progressão de regime.

As penas privativas de liberdade tem o seguinte fundamento no conceito de Andreucci:

[...] a pena para que possa atingir suas finalidades de retribuição e prevenção, deve implicar a diminuição de um bem jurídico criminoso. Assim, nas penas privativas de liberdade há diminuição do direito à liberdade do

criminoso, fazendo com que seja ele recolhido a estabelecimento prisional adequado, de acordo com a espécie e a quantidade de pena fixada. (ANDREUCCI, 2004, p. 104).

A problemática de vagas no sistema prisional faz com que o condenado seja mais “um” a compor a massa carcerária, transformando este local em um verdadeiro depósito, não recebendo um tratamento adequado e que venha efetivamente beneficiar a sua ressocialização.

Devem ser levadas em consideração pelo julgador as características criminosas do agente, determinando o regime inicial de cumprimento da pena, de acordo com o artigo 59 do Código Penal:

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Conforme entendimento apontado por Kuehne a pena tem a seguinte conotação:

[...] com efeito, é sabido que os fins da pena se apresentam sob a tríplice dimensão. Retribui, com a segregação do condenado, o mal por ele praticado, assim como objetiva a prevenção. Observe-se que o Código Penal, em seu art. 59 prescreve que a aplicação da pena tem como escopo a retribuição e prevenção do crime, ao passo que os postulados insertos na Lei de Execução visam à reintegração social do condenado. (KUEHNE, 2001, p. 81).

Certamente que a pena visa reprovar e prevenir o tal cometimento do crime. A retribuição deve ser justa a culpabilidade do ato delituoso, com fundamento na prevenção genérica e específica, com propósito de reinserção social do agente.

2.2.1 As penas privativas de liberdade adotadas pelo direito brasileiro

Os termos detenção e reclusão são pertinentes à esfera da pena privativa de liberdade e são usados para determinar o regime inicial de cumprimento de pena.

Com relação à diferença de pena de detenção e de reclusão, Jesus

preleciona no seguinte sentido:

[...] a reclusão diferencia da detenção não só quanto à espécie de regime como também em relação ao estabelecimento Penal da execução (segurança máxima, média e mínima), à sequência da execução no concurso material (Código Penal, artigo 69, caput), à incapacidade para o exercício do pátrio poder (artigo 92, II), à medida de segurança (artigo 97, caput), à fiança (Código de Processo Penal, artigo 323, I) e a prisão preventiva (Código de Processo Penal, artigo 313 I e II). (JESUS, 1999, p. 523-524).

Esta diferenciação é fundamental e mais sensata para o cumprimento da pena e da sua execução.

O artigo 33 do Código Penal com os respectivos parágrafos normatizam as penas privativas de liberdade de detenção e de reclusão:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

- a) regime fechado à execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto à execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º - As Penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observadas os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência regime mais rigoroso:

- a) o condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto;
- c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste código.

A distinção pertinente à execução penal aponta qual a espécie inicial de cumprimento da pena, com ênfase no sistema progressivo de regime, possibilitando ao condenado passar de um regime mais severo para um menos rigoroso.

2.2.2 Prisão Simples

Esta espécie de pena é aplicada somente nas contravenções penais de menor potencial ofensivo, cujo rigor é diferenciado das demais penas. É mais leve e

não é permitida a aplicação do regime fechado, aponta o artigo 6º do Decreto Lei nº 3.688/41, denominada de Lei das Contravenções Penais:

Art. 6º A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semiaberto ou aberto.

§ 1º O condenado a pena de prisão simples fica sempre separado dos condenados a pena de reclusão ou de detenção.

§ 2º O trabalho é facultativo, se a pena aplicada, não excede há quinze dias.

Este tipo de pena não é aplicada para o regime fechado em função de o delito penal ser considerado de menor potencial ofensivo.

2.3 Regimes Prisionais

Em conformidade com o artigo 33, parágrafo 2º, do Código Penal Brasileiro, ordena que o condenado a pena superior a oito anos deve começar a cumpri-la em regime fechado. Por conseguinte, o condenado reincidente sempre iniciará o cumprimento em regime fechado, qualquer que seja a quantidade da pena a que tenha sido condenado.

O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto. E por fim, o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

2.3.1 Regime Fechado

O artigo 33, parágrafo 2º, alínea a do Código Penal e artigo 87 da Lei de Execução Penal, preconizam que o condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado, ficando isolado da sociedade e privado da liberdade física de locomoção.

O artigo 34 do Código Penal menciona que o condenado seja submetido no início a exame criminológico de classificação para a individualização e execução da pena:

Art. 34 - O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

§ 2º - O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

§ 3º - O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.

O exame criminológico adotado na Lei de Execução Penal analisa o perfil do encarcerado ao entrar no sistema prisional, porém deve cumprir os requisitos mínimos e necessários de tempo para começar a trabalhar ou a estudar.

De acordo com os artigos 6º e 7º da Lei de Execução Penal apontam no seguinte sentido referente à classificação:

Art. 6º - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

A Comissão Técnica de Classificação tem a responsabilidade de elaborar o programa de individualização da pena privativa de liberdade para cada condenado que adentrar no sistema penitenciário.

O Artigo 88 da Lei de Execuções Penais orienta sobre o cumprimento da pena nas seguintes condições:

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

- a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
- b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados)

As condições de alojamento estabelecidas pela Lei de Execução Penal, não são efetivadas em decorrência da superlotação carcerária e de não dispor de espaço físico suficiente.

O exame criminológico adotado nas unidades prisionais, através da Comissão Técnica de Classificação, encontra-se pacificado pela jurisprudência nos tribunais

superiores, conforme aponta o Ministro Arnaldo Esteves do Superior Tribunal de Justiça, com a devida pertinência de cada regime prisional a ser aplicado ao condenado:

[...] embora temerário substituir a exigência de parecer da Comissão Técnica de Classificação e a submissão do presidiário a exame criminológico - como condição à eventual direito de progressão do regime fechado para o semiaberto - por um simples atestado de boa conduta firmado por diretor de estabelecimento prisional, essa foi à intenção do legislador ao editar a Lei 10.792/2003, que deve ser observada pelo Juízo das Execuções Penais, sob pena de violação ao disposto no aludido artigo 112 da Lei de Execução Penal, em sua nova redação. (Superior Tribunal de Justiça, 2004, Habeas Corpus, nº 38602).

Deve ser uma análise estritamente técnica por parte da Direção da Unidade e da Comissão Técnica de Classificação, para a tomada de decisão desta natureza e verificar cada caso se realmente preenche os requisitos necessários para a concessão deste direito.

Outra decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais aponta sobre a dispensa do exame criminológico:

Agravo de execução - lei 10.792/03 - aplicação imediata - dispensa do exame criminológico para concessão de benefícios I- A Lei 10.792/03 e suas normas de execução penal que beneficiam os condenados têm aplicação imediata, pois, mesmo considerando a sua natureza híbrida, se for predominantemente de índole penal obedecerá ao princípio da retroatividade benigna e se for de natureza processual, respeita o princípio de sua incidência instantânea. II- Não se exige mais para concessão de progressão de regimes, de indulto, comutação ou livramento condicional o exame criminológico que ateste que o condenado não mais voltará a delinquir, desaparecendo, assim, este requisito subjetivo. III- Negar provimento ao Agravo. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Agravo em Execução – Lei 10.792/03, Processo Nº 2.0000.00.432147-3/000, rel. Des. Alexandre Victor de Carvalho, Segunda Câmara Mista do Tribunal de Alçada, Data do Julgamento: 02 de abril de 2004).

O exame criminológico para a progressão de regime fica prescindível conforme o entendimento da Corte Mineira.

Outra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais sobre os pareceres da Comissão Técnica de Classificação determinam a progressão de regime prisional com o seguinte entendimento:

Agravo em execução - regime prisional - progressão - decisão - nulidade - parecer da comissão técnica de classificação - inexistência - exame criminológico - ausência - irrelevância - lei 10.792, de 1º/12/2003 - norma processual penal - aplicação imediata - recurso desprovido. - "A norma que versa sobre o procedimento de concessão de benefícios da execução penal possui caráter processual, tendo aplicação imediata no caso sub judice, por força do art. 2º do Código de Processo Penal". - "Com a nova redação do art. 112 da LEP, empreendida pela Lei 10.792, de 1º/12/2003, torna-se desnecessária a emissão de prévio parecer de comissão técnica de classificação e realização do exame criminológico antes da decisão sobre a progressão de regime, bastando o atestado de boa conduta carcerária e as pertinentes manifestações da defesa e do Ministério Público a respeito do tema". (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Agravo em Execução, Processo Nº 2.0000.00.426532-5/000, rel. Des. Eduardo Brum. Data do Julgamento: 04 de agosto de 2004).

Este benefício concedido ao encarcerado de forma subjetiva pode revelar uma alternativa que merece mais discussão, em decorrência da periculosidade de cada apenado, acarretando um descontrole dos fins que se propõe o sistema penal.

2.3.2 Regime Semiaberto

O artigo 33, parágrafo 2º, alínea "b" do Código Penal, assevera sobre os critérios para o cumprimento da pena do condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, podem desde o início ser cumprida em regime semiaberto. Ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

O trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior, conforme determina o artigo 35, parágrafo 2º do Código Penal.

A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar tem a finalidade de abrigar os condenados em regime semiaberto, que deverão ficar alojados em compartimentos coletivos, com observância na capacidade máxima da unidade, atendendo os interesses da individualização da pena.

No regime semiaberto são apontados benefícios ao condenado, conforme entendimento de Pimentel no seguinte sentido:

[...] o trabalho ao ar livre nos estabelecimentos semiabertos, é muito gratificante para o preso, que assim retoma o gosto pela vida e cultiva os benefícios da convivência social. (PIMENTEL, 1997, p. 252).

Para o preso que está a um passo da liberdade, deve valorizar sobremaneira esta fase de cumprimento penal. Mas se cometer outro fato delituoso haverá a regressão de regime, cumprindo parte da pena em regime fechado ou semiaberto, conforme cada caso.

2.3.3 Regime Aberto

É concedido ao condenado que progride do regime semiaberto para o aberto e que consiste na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado, conforme dispõe o artigo 36 do Código Penal:

Art. 36 - O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

§ 1º - O condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

§ 2º- O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.

O regime aberto à execução da pena deve ser feito em casa de albergado ou estabelecimento adequado, aponta expressamente o artigo 33, parágrafo 1º, alínea “c” do Código Penal.

O regime aberto deve atender o seguinte propósito, conforme aponta Nucci:

[...] as penas desse molde devem ser cumpridas em Casa de Albergado, desta vez construída em centros urbanos, que não possuam obstáculos para a fuga, e ainda devem possuir espaço adequado para que se ministrem cursos profissionalizantes e palestras. Devendo os apenados permanecer nela durante a noite nos finais de semanas e feriados. (NUCCI, 2005, p. 305).

Não havendo disponibilidade de locais adequados o juiz poderá determinar a prisão domiciliar ao condenado.

Os requisitos para o ingresso no regime aberto devem ser concedidos sob os argumentos do artigo 114 da Lei das Execuções Penais:

Art. 114. Somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que:

I - estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente;

II - apresentar, pelos seus antecedentes ou pelo resultado dos exames a

que foi submetido, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime.

Poderão ser dispensados do trabalho as pessoas que possuem os seguintes requisitos expressos no artigo 117 da Lei de Execução Penal:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de
I - condenado maior de 70 (setenta) anos;
II - condenado acometido de doença grave;
III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
IV - condenada gestante.

As regras para a concessão do regime aberto estão previstas no artigo 115 da Lei das Execuções Penais nestes termos:

Art. 115 O Juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:
I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;
II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;
III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;
IV - comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

A forma regressiva de regime para qualquer outro mais rigoroso, poderá ocorrer quando o condenado praticar fato doloso ou falta grave e sofrer condenação por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime, de acordo com o artigo 118 da Lei de Execução Penal.

Os fundamentos da progressão ou regressão de regime são comentados por Nucci:

[...] da mesma maneira que a pena será executada da forma progressiva, é legalmente admissível que possa recorrer à regressão, isto é, a passagem de regime menos severo (aberto ou semiaberto) ao mais rigoroso (semiaberto ou fechado). (NUCCI, 2008, p. 973).

Portanto, se o condenado cometer um novo crime, estará sujeito à regressão de regime podendo retornar ao sistema fechado ou semiaberto de acordo com que o juiz determinar.

Os ensinamentos de Mirabete conferem ao condenado o direito ser ouvido antes da decisão que determinará a regressão de regime:

[...] quando ocorre à prática de fato definida como crime doloso ou falta grave, o condenado deve ser ouvido antes da decisão que, eventualmente, determinará a regressão... A razão da obrigatoriedade da oitiva do condenado, nessas hipóteses, prende-se à possibilidade de poder o condenado justificar o fato que provocaria a regressão. Em consequência da jurisdicionalização da execução penal, por ofensa ao princípio do contraditório, nula é a decisão que determina a regressão do condenado sem a sua prévia audiência. (MIRABETE, 2004, p. 464).

O depoimento do condenado se justifica em função do princípio do contraditório, dando a este indivíduo a oportunidade de se defender através das suas alegações e justificativas na respectiva oitiva.

2.3.4 Regime Especial

A Constituição Federal determina no artigo 5º, XLVIII que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

Esta tese é reforçada no artigo 37 do Código Penal, afirmando que as mulheres cumprem pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e direitos inerentes à sua condição pessoal.

Estas afirmações são endossadas na Lei de Execução Penal, especialmente no artigo 82, parágrafo 1º, afirmando que “a mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal”.

Confere ainda no artigo 89, caput, da referida Lei, que “a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa”.

2.3.5 Individualização da pena

No artigo 5º, XLVI da Constituição Federal estabelece o princípio da individualização da pena, representando um direito e uma garantia humana fundamental para o condenado:

Art. 5º [...]

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos.

A individualização da pena com caráter de ressocialização encontra-se definidas nos ensinamentos de Capez fazendo o seguinte apontamento:

[...] Individualizar a pena é também adaptar a sua execução as características pessoais do condenado, com o objetivo de proporcionar a sua reintegração social. Buscando sempre readaptar o condenado ao convívio social, a individualização da pena, em matéria de execução, pressupõe que a cada sentenciado, conhecida a sua personalidade e analisado o fato cometido, corresponda tratamento penitenciário adequado. (CAPEZ, 2005, p. 362).

Por conseguinte, os condenados não podem receber uma pena igual para todos, mas devem receber uma pena individualizada e adequada, específica para cada indivíduo decorrente do ilícito penal cometido.

Outro conceito apropriado sobre a individualização da pena é explanado por Nucci neste sentido:

[...] Individualizar significa tornar individual uma situação, algo ou alguém, quer dizer particularizar o que era genérico, tem o prisma de especializar o geral, enfim, possui o enfoque de, evitando a estandardização, distinguir algo ou alguém, dentro de um contexto. (NUCCI, 2005, p. 31).

Na individualização da pena são normatizadas três fases: a primeira refere-se à tipicidade legislativa, a segunda denominada de fase judiciária e por ultimo a fase executória.

Na fase legislativa, é preconizada a aplicação da pena mínima e máxima suficiente e necessária para a reprovação e prevenção do crime.

Na fase judiciária, a pena é aplicada individualmente de acordo com a infração penal cometida. O juiz ao prolatar a sentença deverá observar os preceitos contidos no artigo 59 do Código Penal que diz:

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Os argumentos referentes à culpabilidade são proferidos nas palavras de Barros:

[...] a fixação da pena é o marco principal de todo o processo penal, onde se encontram entrelaçadas as garantias da análise crítica das provas, obtidas com apoio dos direitos fundamentais, a valoração do bem jurídico protegido, contido no tipo penal, e a finalidade de reprovação, ou censura da conduta, que causou o dano social relevante. (BARROS, 2001, p. 116).

Os fundamentos para a aplicação da pena devem corresponder especificamente a aquele determinado delito praticado.

Após uma análise detalhada e individualizada de cada caso, o juiz irá determinar a Pena base, observando o dispositivo legal constante no artigo 68 do Código Penal:

Art. 68 - A pena base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste código; seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.

Parágrafo único - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

Cabe ao magistrado analisar as circunstâncias atenuantes e agravantes do delito, determinando o aumento ou diminuição da pena, sempre embasadas no artigo 93, IX da Constituição Federal sob pena de nulidade da sentença:

Art. 93 [...]

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse

público à informação.

A terceira etapa, tão importante como as demais, é a chamada fase executória do cumprimento individualizado da pena aplicada, conforme Grinover pontua sobre a execução penal:

[...] a execução penal é atividade complexa, que se desenvolve, entrosadamente, nos planos jurisdicional e administrativo. Nem se desconhece que dessa atividade participam dois Poderes estatais: o Judiciário e o Executivo, por intermédio, respectivamente, dos órgãos jurisdicionais e dos estabelecimentos penais. (GRINOVER, 1987, p. 07).

A fase executória determina a pretensão punitiva do Estado e se efetiva com a sentença condenatória transitada em julgado pelo juízo processante.

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, preceitua no artigo primeiro os objetivos pertinentes à execução da pena com fundamento primordial de ressocialização: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

2.3.6 Benefícios na execução penal

Notadamente, o apenado terá assegurado alguns benefícios que serão concedidos na fase de execução da pena. Estes benefícios dizem respeito à progressão de regime e o livramento condicional fundamentado na ressocialização.

2.3.7 Progressão de regime carcerário

A progressão de regime foi instituída com o propósito de reinserção gradativa do condenado na sociedade. O cumprimento da pena em etapas se dará em regime cada vez menos rigoroso, até receber a liberdade. O preso será avaliado durante este tempo, podendo receber a progressão caso a sua conduta assim recomende. O requisito subjetivo refere-se a seu bom comportamento carcerário e aptidão para retornar a viver em sociedade. Para a progressão de regime é empregado quando necessário o exame criminológico. O direito de progressão de regime está amparado no artigo 112 da Lei de Execução Penal:

Art. 112 - A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

No entendimento de Mirabete o sentenciado fica sujeito à progressão de regime, desde que cumpra alguns requisitos:

[...] Iniciado o cumprimento da pena no regime estabelecido na sentença, possibilita-se ao sentenciado, de acordo com o sistema progressivo, a transferência para regime menos rigoroso desde que tenha cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e o mérito do condenado recomendar a progressão. A decisão do juiz é provisória e, a partir do regime fechado, pode-se transferir o sentenciado para o regime semiaberto e deste para o regime aberto. (MIRABETE, 2007, p. 260).

A progressão de regime é processada em etapas desde que o condenado cumpra os requisitos de determinado quantum da pena.

A progressão de regime é complementada nas palavras de Costa Jr assinalando:

[...] a execução das penas privativas de liberdade, na forma progressiva, segundo o mérito do condenado, depende fundamentalmente da pena infligida ao réu (art. 33, § 2º). Desse modo o condenado a pena que supere oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado. O condenado não reincidente cuja pena, superior a quatro anos, não exceda a oito poderá principiar a cumpri-la em regime semiaberto. E o condenado não reincidente cuja pena for inferior a quatro anos poderá cumpri-las desde início em regime aberto. (COSTA JR, 2008, p. 159).

A particularidade evidente na execução da pena privativa de liberdade deve ser pertinente a cada tipo de condenação e ser cumprida em estabelecimento adequado.

2.3.8 A progressão de regime prisional nos crimes hediondos

A Lei 11.464/07 deu nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 sobre os crimes hediondos. Com este entendimento, o inciso XLIII do artigo 5º da Constituição Federal, recomenda que os condenados tenham de cumprir 2/5 da pena, se forem primários, e de 3/5, se reincidentes, para obter o benefício da progressão de regime.

O Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 471 com a seguinte redação: “Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no artigo 112 da Lei 7.210/1984, para a progressão de regime prisional”. Esta súmula publicada em 28/02/2011 altera o entendimento anterior que vedava este direito sobre a progressão de regime.

CAPÍTULO 3

A REMIÇÃO DE PARTE DA PENA PELO TRABALHO OU POR ESTUDO COM CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO

3.1 Fundamentos do instituto da remição

O instituto da remição de pena surgiu no século XVIII, através do Código Penal Espanhol, tendo como proposta a ressocialização do condenado, conforme os dizeres de Prado sobre o assunto:

[...] o instituto da remição é consagrado pelo Código Penal Espanhol (art.100). Tem origem no Direito Penal Militar da guerra civil e foi estabelecido por decreto de 28 de maio de 1937 para os prisioneiros de guerra e os condenados por crimes especiais. Em 7 de outubro de 1938 foi criado um Patronato Central para tratar da “redención de penas por el trabajo” e a partir de 14 de março de 1939 o benefício foi estendido aos crimes comuns. Após mais alguns avanços, a prática foi incorporada ao Código Penal com a Reforma de 1944. Outras ampliações ao funcionamento da remição verificaram-se em 1956 e 1963. (PRADO, 1990, p. 149).

O instituto da remição de pena traz uma perspectiva de grande relevância ao condenado, que busca encontrar meios alternativos durante o período de cumprimento de pena. Esta possibilidade favorece o condenado que estuda ou trabalha, vinculando estas atividades com a sua ressocialização e a sua recuperação.

3.1.1 O trabalho do encarcerado

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 determina que o trabalho seja um direito social fundamental de todo ser humano. Concomitante neste sentido, o artigo 28 *caput* da Lei de Execução Penal enfatiza que “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

O trabalho nas prisões do Brasil foi introduzido durante o período Imperial com o pressuposto de reprimir e reabilitar os condenados, apostando na recuperação moral e ideológica do criminoso.

O trabalho prisional vislumbra a possibilidade de recuperar o delinquente, conforme Albergaria aponta “a reinserção social do preso como objetivo da pena

retirou do trabalho o seu aspecto de castigo, opressão e exploração”. (ALBERGARIA, 1987, p. 55).

O condenado que se preocupa em ocupar seu tempo com afazeres relacionados ao estudo ou trabalho, estará aferindo vantagens em relação aos demais que permanecem na ociosidade.

No entendimento apontado por Foucault esclarece comparativamente como devia ser as prisões:

[...] desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo em que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. (FOUCAULT, 1979, p. 131).

O sistema penal brasileiro tem dificuldades gigantes em vista da superlotação carcerária e do alto índice de reincidência de egressos do sistema penal. As políticas públicas pertinentes ao sistema prisional são insignificantes e não apontam para um comprometimento mais eficaz por parte das autoridades para obter um resultado mais expressivo de ressocialização do apenado.

As afirmações sobre o trabalho prisional apontada por Souza são sintetizadas da seguinte forma:

[...] o trabalho prisional deve atender ao princípio do interesse social, acima dos resultados econômicos. Isto porque, a maior contribuição da atividade laboral sistemática reflete no comportamento do detento, seja porque provoca redução dos níveis de estresse da população carcerária, melhorando o ambiente do presídio, seja porque evita a ociosidade e, sobretudo, por se constituir em promissora perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho, quando do retorno desse segmento, ao convívio familiar e social. (SOUZA, 2002, p. 2).

Sem dúvida esta proposta é notoriamente benéfica a todo o sistema penal, mas na prática infelizmente não é isto que acontece, tendo em vista as péssimas condições estruturais da maioria dos presídios brasileiros.

As considerações feitas por Medeiros são delineadas no seguinte sentido sobre o trabalho do encarcerado:

[...] o trabalho acaba com a promiscuidade carcerária, com os malefícios da

contaminação dos primários, pelos veteranos delinquentes, e dá ao condenado à sensação de que a vida não parou e ele continua a ser útil e produtivo, além de evitar a solidão, que gera neuroses, estas por sua vez, fator de perturbação nos estabelecimentos penais e fermento de novos atos delituosos. (MEDEIROS, 1985, p. 61).

O trabalho realizado pelo encarcerado tem como escopo reabilitar e ressocializar este indivíduo e posteriormente após o cumprimento da pena, reinseri-lo na sociedade e no mercado de trabalho com mais dignidade.

O encarcerado que trabalha não está amparado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e por consequência acaba não auferindo o direito de férias, 13º salário e horas-extras.

Porém, terá direito a remuneração em forma de pecúlio, conforme dispõe o artigo 29 da Lei de Execuções Penais:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

O pecúlio recebido pelo condenado pelo trabalho é transferido para seus familiares ou depositado em caderneta de poupança, evitando-se assim práticas mercantilistas dentro da unidade prisional.

3.1.2 Aspectos trabalhistas do encarcerado

Os condenados podem se submeter ao trabalho interno ou externo da unidade, dependendo do regime prisional em que estiver cumprindo pena. Os canteiros de trabalho referem-se a obras públicas, entidades privadas, industriais e agrícolas.

3.1.3 Trabalho interno

Os condenados a pena privativa de liberdade estão obrigados a trabalharem na medida de suas aptidões e capacidades físicas e mentais de cada indivíduo, conforme dispõe o artigo 31, da Lei de Execução Penal:

Art. 31 - O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

A unidade penal deve disponibilizar setores de laborterapia específicos para que esta atividade laborativa seja efetivada.

Sobre o trabalho do condenado, Mirabete aponta suas ideias da seguinte maneira:

[...] o trabalho nas prisões, que pode ser industrial, agrícola, ou intelectual, tem como finalidade alcançar a reinserção social do condenado e, por isso, deve ser orientado segundo as aptidões dos presos, evidenciadas no estudo da personalidade e outros exames, tendo-se em conta, também, a profissão ou ofício que o preso desempenhava antes de ingressar no estabelecimento. (MIRABETE, 2004, p. 94-95).

O trabalho é imprescindível para a recuperação do apenado, devendo ser executado de acordo com a aptidão de cada indivíduo e receber uma remuneração por esta atividade denominada de pecúlio.

O condenado pode trabalhar em conformidade com o disposto no artigo 32 da Lei de Execução Penal neste sentido:

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

O condenado que manifestar interesse em trabalhar, deve-se proporcionar as condições necessárias para que esta pretensão seja efetivada, sempre na medida de suas afinidades profissionais.

3.1.4 Trabalho externo

O trabalho externo é permitido, conforme aponta o artigo 36 *caput* da Lei de Execução Penal:

Art. 36 - O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas às cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

O critério de seleção para autorizar este condenado ao trabalho externo deve ser feita com responsabilidade pela Comissão Técnica de Classificação, com o aval do diretor da unidade prisional, prevenindo-se de possível evasão e de novas práticas delituosas.

O condenado por crime hediondo não são beneficiados por este direito, conforme posição do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 16226/DF:

[...] Execução Penal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. Latrocínio. Crime Hediondo. Trabalho Externo. Impossibilidade. O trabalho externo é um benefício incompatível com o regime prisional dos crimes hediondos, qual seja integralmente fechado. A irresignação não merece acolhida. Prevalece nesta Corte o entendimento no sentido de que o trabalho externo é um benefício incompatível com o regime prisional dos crimes hediondos, qual seja, integralmente fechado. (Superior Tribunal de Justiça. RHC Recurso Ordinário em Habeas Corpus, nº 16226/DF, Relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, Data do Julgamento 17/8/2004).

A pretensão do paciente era buscar oportunidade de trabalho externo, mas o Ministro Felix Fisher do Superior Tribunal de Justiça argumentou no sentido de denegar este benefício sobre o trabalho externo ao analisar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus.

O trabalho externo é autorizado ou mesmo revogado, conforme os requisitos do artigo 37, da Lei de Execução Penal:

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.
Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

A seleção da mão de obra do encarcerado que esteja cumprindo pena em regime fechado, para trabalhar externamente em obras públicas, deve ser adotada com muito critério técnico e responsabilidade, justamente para evitar fugas e indisciplina. O condenado candidato à vaga deverá ter cumprido pelo menos 1/6 da pena e ser autorizado expressamente pelo diretor da unidade após análise da Comissão Técnica de Classificação e de parecer favorável da equipe de segurança e disciplina da unidade.

As faltas graves ou a indisciplina devem ser punidas exemplarmente e com rigor para evitar desmandos que venham comprometer a segurança da unidade prisional, conforme aponta o artigo 50 da Lei de Execução Penal:

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:
I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;
II - fugir;
III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;
IV - provocar acidente de trabalho;
V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;
VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.
VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

O desligamento do trabalho externo pela prática de algum tipo de indisciplina pelo encarcerado, é feita de forma automática pela direção da unidade prisional e comunicada ao Juízo da Vara de Execuções Penais, que aplicará as devidas sanções cabíveis.

3.1.5 Dos Direitos do Preso

São assegurados aos presos todos os direitos não afetados pela sentença penal condenatória. A Constituição Federal no seu artigo 5º, XLIX, afirma que é “assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”; e a Lei de Execução Penal, enfoca no artigo 41, os direitos do preso:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:
I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
III - Previdência Social;
IV - constituição de pecúlio;
V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
XI - chamamento nominal;
XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.
Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Os direitos do preso constante no artigo 41 da Lei de Execução Penal que não fora alcançado pela sentença devem ser mantidos, mas em contra partida, o condenado fica obrigado a respeitar as normas de convivência pertinentes no regimento interno do estabelecimento penal. O controle externo dos atos da administração deve ser acompanhado pela autoridade judicial, observando o correto cumprimento da pena e zelando pelos direitos individuais de cada condenado.

3.2 A Remição de Pena pelo Trabalho ou pelo Estudo

Esta é a ideia central do presente trabalho, onde o assunto será abordado de forma clara e objetiva sobre as remições de parte da pena pelo trabalho ou por estudo do condenado. A pretensão é mostrar as possibilidades deste direito que são enfocadas especialmente na Lei de Execução Penal e de entendimentos jurisprudenciais pacificados nas cortes superiores.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se posiciona sobre a remição de pena pelo trabalho no seguinte sentido: “O tempo remido pelo trabalho do preso deve ser considerado como pena efetivamente cumprida”. (Superior Tribunal de Justiça, REsp 200.712/RS, 5ª Turma, rel. Min. Edson Vidigal, Data do Julgamento: 20 de abril de 1999).

Seguindo nesta linha analítica, o Superior Tribunal de Justiça aponta os benefícios da reeducação do condenado:

[...] tendo a pena criminal, em nosso sistema, como função precípua a reeducação do condenado e a sua integração no convívio social, as regras que informam a execução penal devem ser interpretados em consonância com tais objetivos. Dentro dessa visão teleológica, a remição pelo trabalho, segundo o modelo do art. 126, da Lei de Execução Penal, deve ser compreendida na mesma linha conceitual da detração penal, computando-se o tempo remido como tempo de efetiva execução da pena restritiva de liberdade. (Superior Tribunal de Justiça, REsp 188.219/RS, 6ª Turma, rel. Min. Vicente Leal, Data do Julgamento: 29 de maio de 2001).

A Lei de Execução Penal sofreu alterações significativas com o advento da Lei nº 12.433/11, especialmente no artigo 126 que já previa a remição de pena pelo trabalho, agora tem previsão legal da remição de pena pelo estudo com a devida perspectiva de ressocialização.

São beneficiados os condenados que estão cumprindo pena nos regimes fechado, ou semiaberto, ou aberto ou aqueles que estão em liberdade condicional, diminuindo o tempo de pena, conforme aponta o artigo 126, da Lei de Execução Penal:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

Com a edição da Lei nº 12.433/11, o legislador estabeleceu parâmetros bem definidos, sobre o total de horas de estudo para serem cumpridas e ter o direito da remição de parte da pena. Até o advento desta Lei, o tema era cuidado somente pela jurisprudência, pelo fato de não haver uma lei expressa que tratasse claramente sobre a remição de parte da pena pelo estudo.

Anteriormente existia a Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça que afirmava: “A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto”.

Porém, esta súmula não fixava o tempo exato para ter direito a remição de parte da pena pelo estudo, dando margem a interpretações dúbias, permitindo a cada julgador aplicar este dispositivo de acordo com o seu discernimento.

No entanto, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, se manifestou sobre a remição de parte da pena pelo estudo, antes do advento da Lei nº 12.433/11, com o seguinte fundamento:

Agravo em execução (artigo 197, da Lei de Execuções Penais) remição de pena pelo estudo. inconformidade defensiva. Com efeito, embora não exista previsão normativa acerca do período dispõe expressamente que a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto, pacificando, dessa forma, eventual controvérsia acerca do direito à remição pelo estudo. Assim, na ausência de previsão legal, o critério da remição das horas estudadas deve ser análogo ao previsto no artigo 33, caput, da Lei de Execuções Penais, que regula a jornada de trabalho, sob pena de se criar situação mais vantajosa ao preso estudante em relação ao preso trabalhador. Decisão mantida. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo em Execução Nº 70035374008, Segunda Câmara Criminal. Relator: José Antônio Cidade Pitrez. Data do Julgamento: 24 de fevereiro de 2001).

Com a nova redação dada ao artigo 126, parágrafo I, da Lei de Execução Penal, fixa que a cada doze horas de frequência escolar, o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, poderá remir um dia da pena. A carga horaria deverá ser dividida em três dias no mínimo para se ganhar um dia de pena. E a remição de parte da pena pelo trabalho foi mantida, e se dá na proporção de três de trabalho, para um dia de pena, conforme artigo 126, parágrafo II, da Lei de Execução Penal:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

As alterações incluídas no artigo 126, parágrafo sexto, da Lei de Execução Penal, trás detalhes fundamentais sobre remição de parte da pena aos condenados que estejam cumprindo pena em regime aberto, semiaberto ou usufruindo de liberdade condicional:

Art. 126 – [...]

Parágrafo 6º - O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do parágrafo 1º deste artigo.

Anteriormente não havia previsão legal sobre a possibilidade do condenado que estava em livramento condicional usufruir deste benefício.

O artigo 126, parágrafo 7º, da Lei de Execução Penal, possibilita a remição de parte da pena pelo trabalho ou por estudo, tanto para o preso provisório que esteja em prisão cautelar ou aquele definitivo, onde a sentença transitou em julgado, com o seguinte corolário:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Pela redação anterior não havia previsão legal que possibilitasse ao condenado em regime aberto ou mesmo aquele que estivesse em livramento condicional, ser beneficiado pela frequência a ensino regular ou de ensino profissionalizante.

O artigo 126, parágrafo 8º, da Lei de Execução Penal, orientava anteriormente que a remição de parte da pena declarada pelo juiz da execução,

devesse ser acompanhada de um representante do Ministério Público. Agora, com a nova redação dada pela Lei nº 12.433/11, a defesa também deve ser ouvida tornando-a mais democrática.

O artigo 127 da Lei de Execuções Penais trata sobre as infrações disciplinares praticadas pelos condenados com o seguinte apontamento:

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Antes da entrada em vigor da Lei nº 12.433/11, tinha-se a seguinte orientação sobre as faltas disciplinares cometidas pelos condenados: aplicava-se o artigo 127, da Lei de Execução Penal, impondo a perda total dos dias remidos. Porém, a Súmula Vinculante nº 9, do Supremo Tribunal Federal, se posicionou com o seguinte entendimento: “O disposto no artigo 127 da lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58”.

No entendimento de Mirabete a remição de parte da pena pelo trabalho tem a seguinte conotação:

[...] um direito do condenado em reduzir pelo trabalho prisional o tempo de duração da pena privativa de liberdade cumprida em regime fechado ou semiaberto. Trata-se de um meio de abreviar ou extinguir parte da pena. Oferece-se ao preso um estímulo para que possa passar ao regime de liberdade condicional ou à liberdade definitiva. (MIRABETE, 1997, p. 290-291).

Mas para isso é necessário que a direção da unidade prisional viabilize as condições necessárias para efetivar a proposta e obter o respectivo êxito.

3.2.1 A Ressocialização do Apenado

Além da remição de parte da pena tanto pelo trabalho ou pelo estudo, previstos na Lei de Execução Penal, deve-se levar em conta à pugnada ressocialização, dando a oportunidade a este condenado de voltar a reintegrar-se novamente na sociedade, respeitando os ditames das leis que abalizam o nosso direito, conforme aponta Albergaria no seguinte sentido:

[...] a ressocialização é um dos direitos fundamentais do preso e está vinculada ao *welfare state* (estado social de direito), que [...] se empenha por assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, para ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. O delinquente, como indivíduo em situação difícil como cidadão, tem direito à sua reincorporação social. Essa concepção tem o mérito de solicitar e exigir a cooperação de todos os especialistas em ciências do homem para uma missão eminentemente humana e que pode contribuir para o bem-estar da humanidade. (ALBERGARIA, 1996, p. 139).

A formação profissional do apenado deve ter o enfoque na reinserção social, contemplando os aspectos de qualificação e de requalificação para o mercado de trabalho, de acordo com os ensinamentos de Souza:

[...] o trabalho prisional deve atender ao princípio do interesse social, acima dos resultados econômicos. Isto porque, a maior contribuição da atividade laboral sistemática reflete no comportamento do detento, seja porque provoca redução dos níveis de estresse da população carcerária, melhorando o ambiente do presídio, seja porque evita a ociosidade e, sobretudo, por se constituir em promissora perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho, quando do retomo desse segmento, ao convívio familiar e social. (SOUZA, 2002, p. 2).

O artigo 28 da Lei n.º 7.210/84 - Lei de Execução Penal, diz que “o trabalho do condenado como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul se posicionou no seguinte sentido no julgado de Nº. 70047061635 – Agravo em Execução, evidenciando o caráter de ressocialização do trabalho do apenado que estava cumprindo pena no regime semiaberto e que buscava trabalho externo da unidade prisional:

[...] Agravo em Execução. Regime Semiaberto. Trabalho Externo. Dilação da Jornada Semanal (Sábados). Possibilidade. Caráter de Ressocialização do Trabalho do Apenado.

Ante a ausência de dispositivo legal que impeça o trabalho aos sábados, desde que obedecidos os limites diário e semanal, de 8 e 44 horas, respectivamente, e o repouso semanal, preferencialmente aos domingos, não verifico óbice ao acolhimento do pedido, devendo o agravante recolher-se ao cárcere no período restante. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo em Execução Nº 70047061635. Primeira Câmara Criminal. Relator: Marcel Esquivel Hoppe. Data do Julgamento: 23/03/2012).

A ressocialização do preso é um tema polêmico em função da realidade carcerária brasileira. As oportunidades de trabalho e de estudo são consideradas exíguas, comprometendo consideravelmente a recuperação do apenado. Porém, devem-se criar alternativas viáveis e concretas para que os objetivos da ressocialização sejam alcançados, mesmo acreditando ser utópico diante do modelo carcerário atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto verificou-se na pesquisa que o tema ora abordado tem grande importância nos dias atuais, dando a estes apenado o direito de remir parte da pena através do trabalho, estudo ou mesmo da leitura, pois acende uma esperança a estes condenados que anseiam voltar a viver em sociedade com dignidade e exercer plenamente a sua cidadania com atividades lícitas e honestas.

Este trabalho foi dividido em três capítulos, sendo analisado no primeiro a evolução histórica da pena privativa de liberdade. Onde desde os primórdios a pena tinha um cunho de retribuição, de castigo que visava à prevenção do delinquente.

Posteriormente surgiram os sistemas penitenciários, com destaque ao modelo de sistema pensilvânico, com regras bastante rígidas no tratamento penal, dando prioridade ao isolamento e ao silêncio absoluto. Sendo vedadas as visitas e o trabalho, permitindo somente a leitura da Bíblia para facilitar na reflexão dos delitos cometidos. Porém, este modelo não prosperou em função de um número expressivo de condenados terem enlouquecido e os demais não apresentarem um resultado satisfatório de recuperação.

Outro modelo de sistema denominado de auburniano, bastante semelhante ao pensilvânico, primava pelo silêncio, porém o condenado tinha direito ao trabalho durante o dia e o isolamento noturno.

Verificou-se que no modelo do sistema progressivo o condenado poderia progredir ou mesmo regredir de regime prisional, conforme o seu comportamento carcerário. Possibilitando assim uma perspectiva de avançar rumo à liberdade de um regime mais severo para um menos rigoroso e de voltar a reintegrar-se a sociedade.

No segundo capítulo, analisou-se a pena privativa de liberdade, com as respectivas espécies de pena, os regimes prisionais com enfoque na individualização da pena. Onde se enfatizou que no ordenamento jurídico brasileiro, as penas privativas de liberdade são denominadas de reclusão, detenção e de prisão simples. Sendo que a pena de reclusão infere ao regime fechado, semiaberto ou aberto. Porém, a pena de detenção deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, com possibilidade de regressão de regime para o fechado. E a prisão

simples é aplicada nas chamadas contravenções penais, ou seja, deve ser cumprida sem rigor penitenciário em regime aberto ou semiaberto.

No terceiro capítulo, o enfoque da análise foi sobre a remição de parte da pena pelo trabalho ou pelo estudo, com fundamento na Lei de Execução Penal. As opções de trabalho na unidade penal se referiram a locais interno ou externo, dependendo do regime em que estivera cumprindo pena, com possibilidade de ser executadas em obras públicas, entidades privadas, ou em área industrial ou mesmo em setor agrícola. Levou-se em consideração que o trabalho do condenado é obrigatório, respeitando-se sempre a capacidade física, mental e profissional de cada indivíduo. Sendo que a cada 3 (três) dias de atividade laborativa, este condenado terá o direito de descontar 1(um) dia da pena.

A Lei de Execução Penal prevê atualmente a remição de parte da pena pelo estudo, ficando estabelecido que a cada 12 (doze) horas de estudo, o condenado tem o direito de remir 1 (um) dia da pena. Esta possibilidade trouxe mudanças significativas para os condenados que buscavam anteriormente este direito através da Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça e da Lei nº 12.433/11.

Um dos projetos sobre a remição de parte da pena pela leitura está sendo implantado no sistema penitenciário do Estado do Paraná, através da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, beneficiando todos os apenados interessados. O critério estabelecido para este projeto é para o condenado que possui o ensino fundamental que deverá fazer relatórios de leitura. O apenado que possuir ensino médio ou pós-médio fará resenhas, com o respectivo resumo e apreciação crítica. A avaliação será feita através de uma comissão de professores dos Centros de Educação Básica para Jovens e Adultos, denominada de Ceebjas.

Para cada livro e relatório de leitura ou resenha elaborada, avaliada e aprovada pela comissão, o preso terá direito a três dias de remissão de pena. Este projeto inovador da remissão de parte da pena pela leitura está previsto na Lei de Execução Penal e a proposta é assegurar o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica através da leitura e da produção de resenhas, possibilitando a redução da pena, objetivando a ressocialização de cada condenado.

Certamente que os desafios são grandes, mas cabe ao Estado continuar viabilizando e incentivando o condenado a aprender ou mesmo reciclar-se em uma profissão lícita e honesta que irá posteriormente ser útil ao regressar para o mercado

de trabalho. Portanto, o estudo e o trabalho são direitos assegurados ao preso, sendo um meio facilitador de conhecimento e de aprendizagem, possibilitando evoluir culturalmente e profissionalmente abrindo novos horizontes no mundo da educação e do trabalho com firme propósito na sua reeducação e ressocialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Jason. **Comentários à Lei de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Aide, 1987.

_____. **Das penas e da execução penal**. 3ª ed., Belo Horizonte: DelRey, 1996.

ANDREUCCI, Antônio Ricardo. **Manual de direito penal**. São Paulo: Saraiva 2004.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. **A individualização da pena na execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 8ª ed., São Paulo: Martin Claret, 2009.

BITENCOURT, César Roberto. **Falências da pena de prisão: causas e alternativas**. 9ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva 2008.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>
Acesso em: 17 mar. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de sete de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal.
Disponível em: _____ em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.688, de três de outubro de 1941**. Institui a Lei das Contravenções Penais.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 09 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 06 mar. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 9**, de 06 de setembro de 1990.
Disponível em: _____ em:
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumulaVinculante&pagina=sumula_001_032>. Acesso em: 16 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus, nº 16226/DF**, rel. Ministro Felix Fischer, Data do Julgamento: 17 jul. 2004.

Disponível em:
<https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=1378036&sReg=200400830720&sData=20040920&sTipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus, nº 38602**, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima. Data do Julgamento: 9 nov. 2004.

Disponível em:
<https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=1560472&sReg=200401378425&sData=20041217&sTipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 471**, de 23 de fevereiro de 2011.

Disponível em:
<http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stj/stj__0471.htm>. Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 200.712/RS**, 5ª Turma, rel. Min. Edson Vidigal. Data do Julgamento: 20 abr. 1999.

Disponível em:
<https://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/ita/abreDocumento.jsp?num_registro=199900026632&dt_publicacao=24-05-1999&cod_tipo_documento=>>. Disponível em: 16 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 188.219/RS**, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal. Data do Julgamento: 29 de maio de 2001

Disponível em:
<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=188219&b=ACOR>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Agravo de execução. Lei 10.792/03**. Processo Nº 2.0000.00.432147-3/000, rel. Des. Alexandre Victor de Carvalho, Segunda Câmara Mista do Tribunal de Alçada. Data do Julgamento: 02 de abril de 2004).

Disponível em:
<http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/inteiro_teor.jsp?tipoTribunal=2&comrCodigo=0&ano=0&txt_processo=432147&complemento=0&sequencial=0&palavrasConsulta=&todas=&expressao=&qualquer=&sem=&radical=>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Agravo em execução. Regime prisional**. Processo Nº 2.0000.00.426532-5/000. Relator: Eduardo Brum. Data do Julgamento: 04 de agosto 2004.

Disponível em:
<http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/juris_resultado.jsp?numeroCNJ=&dvCNJ=&anoCNJ=&origemCNJ=&tipoTribunal=2&txt_processo=426532&dv=5&complemento=000&acordaoEmenta=acordao&palavrasConsulta=&tipoFiltro=and&orderByData=0&orgaoJ>

ulgador=&relator=&dataInicial=&dataFinal=06%2F05%2F2012&resultPagina=10&dataAcordaoInicial=&dataAcordaoFinal=&captcha_text=59150&pesquisar=Pesquisar>
Acesso em: 14 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Agravo em execução (artigo 197, da Lei de Execuções Penais) remição de pena pelo estudo**, Processo Nº 70035374008, rel. Des. José Antônio Cidade Pitrez. Data do Julgamento: 24 de fevereiro de 2011.

Disponível em:

<http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70035374008&tb=jurisnova&partialfields=tribunal%3ATribunal%2520de%2520Justi%25C3%25A7a%2520do%2520RS.%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%7CTipoDecisao%3Anull%29&requiredfields=&as_q=>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal parte geral**. 9ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA Jr., Paulo José de. **Curso de Direito Penal**. 9ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2002.

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FOCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. 35ª ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

FUNES, Mariano Ruiz. **A crise nas prisões**. Saraiva. São Paulo, 1953.

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). **Execução penal: mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas**. São Paulo: Max Limonad, 1987.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. **Funções da pena privativa de liberdade no sistema capitalista**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

KUEHNE, Maurício. **Lei de execução penal – parte geral**, v. I. 2ª ed., Curitiba: Juruá, 2001.

MEDEIROS, Rui. **Prisões abertas**. Forense, 1985, p. 61, apud NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Comentários à lei de execução penal**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Execução Penal**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Execução penal: Comentários à Lei nº 7210, de 11-7-1984**. 11ª ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Manual de Direito Penal: parte geral**, Volume 1. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Execução Penal**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Execução Penal: Comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-84**. São Paulo: Atlas, 1997, 8ª ed. 2004.

NEUMAN, Elias. **El problema sexual en las cárceles**. Argentina, Ed. Criminalia, 1965.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 5ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Individualização da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Código penal comentado**. 7ª. ed. rev. atual e. amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 5ª ed. rev. at. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Ordenações Filipinas. Livro V, títulos XXXII, XXXV, XLII, XLV, XLIX, LII, LVI. Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 14ª edição, 1870, p. 91 e segs.

PRADO, Luís Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte geral**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PIMENTEL, Manoel apud MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral** – São Paulo: Atlas, 1997.

ROTHMAN, David. **The discovery of the asylum**. Boston, Little Brown, 1991.

SOUZA, Cecilia M. **O trabalho no sistema penitenciário**. Brasília, Mimeo, 2002.

_____. **O trabalho no sistema penitenciário**. Brasília, Mimeo, 2002.

Relatório de Atividades

FANEESP / INESUL
Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná
CURSO DE DIREITO - FICHA DE ORIENTAÇÃO

Nome: Etelvino Valentin Turatto

Turma: ADN10207

Orientadora: Professora MSc. Melissa Gonçales dos Santos

Data de início da orientação: 02 de setembro de 2011

Data e atividades realizadas:

CRONOGRAMA – De acordo com o art. 6º, da Resolução do CAS nº 003/2009.

Etapas	Set/ 2011	Out/ 2011	Nov/ 2011	Dez/ 2011	Fev/ 2012	Mar/ 2012	Abr/ 2012	Mai/ 2012	Jun/ 2012
Escolha do Tema Prof/AI	x								
Entrega da Ficha de Orientação	x								
Elaboração do Pré-Projeto	x								
Entrega do Pré-Projeto	x								
Deliberação Projeto c/Ori.	x	x	x		x				
Relatório Atividades Desenvolvidas			x		x	x	x		
Pesquisa Bibliográfica e de Campo	x	x	x	x	x		x		
Elaboração Versão Preliminar		x	x	x	x				
Elaboração Versão Final					x	x	x	x	
Apresentação Julgamento Banca Examinadora									x

Anuência: _____

Termo de depósito de Monografia

FANEESP / INESUL
Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná
CURSO DE DIREITO - FICHA DE ORIENTAÇÃO
Turma: ADN10207

Acadêmico: Etelvino Valentin Turatto

Orientadora: Professora MSc. Melissa Gonçalves dos Santos

Título do Trabalho: “REMIÇÃO DE PENA PELO TRABALHO OU ESTUDO COM CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO”.

O orientador e o orientando abaixo assinados solicitam o depósito do Trabalho de Conclusão de Curso, desde já declarando estarem cientes de todas as normas do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, e, especificamente dos seguintes termos:

1) Após o depósito não poderá se corrigida, alterada ou substituída à versão do TCC depositada, sob qualquer hipótese, seja antes ou após a banca examinadora, não sendo permitida a aprovação condicionada às correções formais ou de conteúdo, tendo as sugestões da banca caráter meramente opinativo.

2) Será considerado automaticamente reprovado pela Coordenação de Monografias o aluno que trocar os exemplares de seu TCC após depositado, cabendo advertência formal ao Orientador ou aos componentes da banca que promoverem ou aceitarem a troca.

3) A marcação da banca será realizada pelo Coordenador de Curso, necessariamente, no mínimo cinco dias úteis antes da data da respectiva defesa, e desde que o aluno já tenha realizado o depósito.

4) Considera-se plágio, para fins de reprovação do aluno, quando o trabalho incorrer nos seguintes vícios:

I - quando, intencionalmente ou não, são usadas palavras ou ideias de outro autor, sem o devido crédito, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação, contínuos ou não, no todo do TCC;

II – quando dá crédito ao autor, porém, intencionalmente ou não, utiliza-se de palavras exatamente iguais as dele, sem indicar a transcrição com o uso de aspas ou recuo de texto, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação, contínuos ou não, no todo do TCC.

III – não será considerado crédito ao autor a mera denotação da sua referência ao final do TCC, no capítulo destinado às referências bibliográficas, sendo necessária também a sua menção expressa quando da reprodução de suas ideias ou frases no trecho específico da monografia, em rodapé;

IV – no caso da presença de plágio, na forma dos incisos I ou II, em trechos correspondentes a menos de 15 (quinze) linhas, contínuos ou não, caberá apenas advertência ao aluno, sendo permitida a sua aprovação no tocante a este critério, ainda que sendo possibilitada a redução da nota.

5) O plágio é ilícito administrativo, de natureza civil, que deve ser caracterizado de forma objetiva, sendo irrelevante a verificação da boa-fé do aluno autor.

Araucária, ____ de _____ de _____.

Assinatura da Orientadora

Assinatura do Aluno